

A PEDAGOGIA DOS COTURNOS: uma realidade brasileira, um debate em curso no Rio Grande do Norte

Thiago do Nascimento Torres de Paula¹

Oberleide Soares de Carvalho²

Fernando Antônio S. dos Santos³

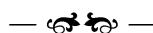
RESUMO: O objetivo deste artigo é expor informações sobre a presença de Colégios militares no território brasileiro, para além disso destacar e analisar o processo de militarização do cotidiano das escolas públicas no Brasil contemporâneo. A temática da militarização causa incômodo em muitos educadores em diversas partes do país, não sendo diferente no Estado do Rio Grande do Norte onde o debate está em curso. Sendo assim, os procedimentos na elaboração do texto foram: pesquisas em revistas científicas; buscas em portais de notícias; investigação em sites institucionais das Forças Armadas; leitura da legislação disponível; exame da bibliografia correlata; fichamento dos materiais; discussão dos fichamentos e a redação preliminar e final. Ao cabo, o processo de militarização do cotidiano escolar é inerente as violações dos direitos humanos, já que é antidemocrático, enterra o direito à livre expressão, sufoca os sentimentos de afetividade e neutraliza a diversidade humana.

Palavras-chave: Brasil. Escola. Militarização.

THE PEDAGOGY OF THE BOOTS: a brazilian reality, an ongoing debate in Rio Grande do Norte

ABSTRACT: The aim of this article is to expose some information about the presence of Military Schools in the national territory of the Republica Federativa do Brasil, and besides that, highlight and analyses the process of militarization of the routine of Brazilian public schools. The theme of militarization causes some discomfort in a lot of educators in different parts of Brazil. Therefore, the procedures in the text construction were: research in scientific magazines, searches in news websites, investigation in institutional sites of Armed Forces, reading of the available legislation, examination of bibliography related to the researched theme, registration of collected material, wide discussion about the registers, preliminary writing. At last, the process of militarization of the routine of teaching space is inherent to human rights violation, once it is anti-democratic, buries the right of free expression., chokes the feeling of affectivity and makes invisible the human diversity.

Keywords: Brasil. School. Militarization.



Introdução

O objetivo deste artigo é expor informações sobre a presença de Colégios militares no território brasileiro, analisar o processo de militarização do cotidiano nas escolas públicas no Brasil, além de trazendo para ondem do dia o debate construído no Estado do Rio Grande do Norte ao longo do ano de 2019. Ou seja, tudo catalisado por um pretenso “fascismo” que foi desperto no corpo social do país a partir dos primeiros anos do século XXI.

¹ Pós-Doutor em Educação pela UFRN (2018), Doutor em História pela UFPR (2016). Analista de Ciência, Tecnologia e Inovação da FAPERN (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte), historiador social e educador em Direitos Humanos, foi articulador do Ciclo de Estudos Avançados em Educação para os Direitos da SEEC-RN em 2019. ID Lattes: 1215-9127-7257-3170, ORCID 0000-0002-4481-4327. E-mail: thiagotorres2003@yahoo.com.br.

² Doutor em Antropologia pela Universidad Tecnologica Intercontinental (2015). Assessor pedagógico do NEEPDH (Núcleo Estadual de Educação para Paz e Direitos Humanos / SEEC-RN), pedagogo e educador em Direitos Humanos. ID Lattes: 2412-6022-2404-3105, ORCID: 0000-0002-7768-7096. E-mail: obppscoped@uollook.com.br.

³ Graduado em Ciências Sociais pela UFRN (1987). Assessor pedagógico do NEEPDH (Núcleo Estadual de Educação para Paz e Direitos Humanos / SEEC-RN), cordelista, educador em Direitos Humanos e sociólogo do ILAEE (Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos). ID Lattes: 6477-1161-1085-0104, ORCID: 0000-0002-2825-5342. E-mail: nandopoet@gmail.com.

O texto em tela é uma produção coletiva resultado de uma ampla discussão entre os assessores pedagógicos do NEEPDH (Núcleo Estadual de Educação para Paz e Direitos Humanos)⁴, sobre a militarização do cotidiano escolar no Brasil. A partir disso, os assessores pedagógicos tendo por base o *Ciclo de Estudos Avançados em Educação para os Direitos Humanos*, realizaram os seguintes procedimentos: pesquisas em revistas científicas; buscas em portais de notícias; investigação em sites institucionais das Forças Armadas; leitura da legislação disponível; exame da bibliografia correlata; fichamento do material coletado; discussão dos fichamentos e escrita⁵.

O artigo está dividido em três momentos: primeiro, apontamos para a existência de uma tradição militar na sociedade brasileira que remontam ao período colonial e imperial. Além disso, demonstrando a presença dos militares na formação da república brasileira, passando pela constituição de uma rede de Colégios militares que se difundiu pelo Brasil durante o século XX. No segundo momento, expomos o processo de militarização de escolas públicas no território brasileiro, dando destaque para a experiência vivida no Estado de Goiás. Por último, recuperamos o debate construído no Rio Grande do Norte ao longo do ano de 2019 sobre a militarização escolar.

Nos primórdios da sociedade brasileira (passado colonial), todo homem era um homem de guerra fosse para defender o território Del Rei de ameaças externas, ou mesmo para dilatar as fronteiras dos sertões exterminando indígenas que resistiam à colonização, por vezes caçando escravos fugidos que se amocambavam pelas praias e interiores das matas (PUNTONI, 2002).

Durante séculos na América portuguesa (1530-1822), a patente militar foi um dos meios de alcançar a distinção social, haja vista que os postos militares eram mercês egressa das mãos do próprio rei (POSSAMAI, 2012). Salientamos que muitos fazendeiros do nordeste do Brasil, ainda na primeira metade do século XX eram denominados por patentes, como: capitães ou coronéis. A transferência da família real portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro na primeira década do século XIX, que possibilitou o surgimento do primeiro Colégio militar de formação de oficiais no Brasil (ROSA, 2012).

Após a independência em 1822 os Colégios militares do Rio de Janeiro consolidaram-se formando oficiais, normalmente homens egressos da aristocracia rural, branca, católica e escravista. Por outro lado, o corpo da tropa, Armada (marinha) e Exército era composta pelos filhos da população depauperada, descendentes de índios, pardos e negros trazidos da África e logo escravizados em solo americano.

Ressaltamos que durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), o conflito que envolveu vários Estados-nações da América do Sul, o Império do Brasil e as respectivas Repúblicas – Paraguai, Uruguai e Argentina. As crianças brasileiras que vagavam pelas ruas da capital do Império (Rio de Janeiro), outras filhas de famílias pobres e miseráveis foram recolhidas por autoridades militares, com base no monopólio legítimo da violência, haja vista que elas deveriam ser corpos funcionais ao Estado (VENÂNCIO, 2010; ELIAS, 2011).

A partir disso, as crianças pobres e “desocupadas” da cidade do Rio de Janeiro eram conduzidas muitas vezes contra vontade paterna ao Arsenal da Armada ou da Guerra, onde eram condicionadas a uma rotina de treinamentos e disciplina. Com isso, aqueles meninos

⁴ O NEEPDH representa uma seção da CODESE (Coordenadoria de Desenvolvimento Escolar). Sendo a CODESE o setor articulador de todas as Subcoordenadorias de Ensino da SEEC-RN (Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte).

⁵ Ciclo de Estudos Avançados em Educação para os Direitos Humanos, trata-se de um grupo de estudos existente na SEEC-RN, dedicando-se a capacitar educadores nas temáticas voltadas para os Direitos Humanos e minorias.

tiveram suas infâncias militarizadas, eram transformadas em corpos uteis e enviados como pequenos soldados e marinheiros para uma vida curta no *front* paraguaio (VENÂNCIO, 2010). Seria a primeira tentativa do Estado brasileiro de militarizar o cotidiano educacional de crianças pobres?

Após o fim do maior conflito bélico da América do Sul os Colégios militares apresentaram grande destaque no Império do Brasil, sobretudo como espaço de debates e divulgação das ideias republicanas. Às vésperas da proclamação da República em 1889, foi criado o primeiro Colégio militar de “Educação Básica”, lembrando que este termo não existia na época. Era o prenúncio de uma República de tradições militares.

Colégios militares

Como é sabido por muitos, a República dos Estados Unidos do Brasil foi proclamada aos 15 de novembro de 1889 pelas mãos dos próprios militares do Exército, tendo o apoio dos senhores cafeicultores da província de São Paulo. Adicionalmente, os Colégios militares coexistiriam com as escolas civis, o militar Benjamin Constant é tomado como uma referência importante para o avanço da educação no Brasil, sobretudo dentro das orientações do positivismo e cientificismo.

A preocupação central da educação militar no Brasil durante a transição do século XIX para o século XX, era a formação de profissionais que estivessem diretamente ligados ao desenvolvimento da jovem república. A formação de engenheiro era uma necessidade para expansão da rede ferroviária, linhas de telégrafo, construção de açudes etc. Sendo assim, o ensino proposto pelos militares tinha um pressuposto meramente técnico.

Durante toda a primeira metade do século XX, as forças armadas brasileiras passaram por um processo de modernização, tiveram como colaboradores missões militares egressas da França e Alemanha. O processo de modernização insidia diretamente sobre o ensino militar, não foi um acaso que na década de 1920 jovens oficiais do Exército brasileiro se insurgiram contra o governo federal gerando uma série de rebeliões, o movimento foi denominado de Tenentismo (RODRIGUES, 2016).

Na década de 1930 o Estado brasileiro estava sob o governo de Getúlio Vargas e de seu projeto político. O Educador e liberal Anísio Teixeira fortalecia naquele momento histórico a luta da Escola Nova, tendo por base os princípios de uma educação pública, gratuita e laica (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA ..., 2010). Paralelamente a campanha da Escola Nova, os Colégios militares seguiram como uma legítima tradição republicana, multiplicando-se em todo o território nacional durante a segunda metade do século XX.

Quadro 1 - Colégios militares pelo território brasileiro, séculos XIX e XX

Colégios	Ano de criação da instituição
Colégio militar do Rio de Janeiro	1889
Colégio militar de Porto Alegre	1912
Colégio militar de Belo Horizonte	1955
Colégio militar de Salvador	1957
Colégio militar de Curitiba	1958
Colégio militar de Recife	1959
Colégio militar de Fortaleza	1962
Colégio militar de Manaus	1972
Colégio militar de Brasília	1978

Colégios	Ano de criação da instituição
Colégio militar de Juiz de Fora	1993
Colégio militar de Campo Grande	1993
Colégio militar de Santa Maria	1994
Colégio militar de Belém	?

Fonte: ROSA, 2012, p. 6.

Os Colégios militares para “educação básica” surgiram no apagar das luzes do Império do Brasil em 1889, sendo que durante a Primeira República (1889-1930) inauguraram apenas uma unidade de ensino em 1912 na cidade de Porto Alegre. Ressaltamos que o Rio Grande do Sul foi uma região com fortes tradições militares, que durante o Período Regencial (1831-1840) declarou guerra ao próprio Império brasileiro, em um conflito conhecido historicamente como a Guerra do Farrapos (1835-1845).

Algo que salta aos olhos naquela distribuição geográfica e cronológica dos Colégios militares, é que durante os governos presididos por Getúlio Vargas (1930-1945/1950-1954), não houve a abertura de novas unidades de ensino militar pelo Brasil. Porém, entre os anos de 1955 e 1962 foram abertas cinco unidades de ensino nas seguidas cidades: Belo Horizonte; Salvador; Curitiba; Recife e Fortaleza. Talvez fosse um prelúdio do poder que os militares teriam nas décadas seguinte!

Durante a *Ditadura civil-empresarial-militar* instalada no Brasil (1964-1985), foram fundadas duas unidades de ensino militar, em Manaus e no Distrito Federal (Brasília). Os colégios de gestão militar sob a responsabilidade do Exército brasileiro, foram criados em número de três durante a Nova República Brasileira (1985-2016), em Campo Grande, Juiz de Fora e Santa Maria.

Apontamos para uma geografia da educação militar. Sendo duas unidades de ensino na região Norte (Amazonas e Pará), três unidades de ensino na região Nordeste (Ceará; Pernambuco e Bahia), uma unidade de ensino no Distrito Federal, três unidades de ensino na região Sudeste (havendo duas em Minas Gerais e outra no Rio Janeiro), uma unidade de ensino na região Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul), por último foram três unidades de ensino criadas na região sul (sendo duas no Rio Grande do Sul e outra no Paraná).

Os Colégios militares no território nacional constituem uma rede de ensino federal gerida pelo Exército brasileiro, havendo a parceria com outras Armas (Marinha e Aeronáutica), ou mesmo com força auxiliares (Policiais Militares e Bombeiros Militares). É importante pontuar que o Art. 83 da LDB, reconhece que a educação militar no Brasil é regulada por leis próprias (BRASIL, 1996).

Os Colégios militares espalhados por todo país são por vezes desejados pelas famílias para a formação intelectual dos filhos, haja vista que tais unidades de ensino são famosas pela infraestrutura de excelência, disciplina comportamental e bons indicativos de aprovação no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e aferimentos no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Todavia, os supostos paraísos de ensino e aprendizado não estão ao alcance de todos, apesar de serem mantidos pelo erário público. Primeiro, os filhos e dependentes de militares ocupam uma cota de 50% de todas as vagas da rede de ensino básico gerida pelo Exército brasileira. Segundo a parceria com outras Armas e forças Auxiliares é marcada por uma contrapartida, vagas para serem ofertadas com base em critérios próprios para os filhos e

dependente de suas tropas. Por último, existe um exame de seleção para filtrar o corpo discente que irá frequentar as unidades militares de ensino.

Apesar dos outros 50% das vagas poderem ser disputadas por filhos de civis, existe um aspecto contraditório que bloqueia a maioria dos estudantes pobres brasileiros, a cobrança de mensalidades. O valor cobrado pela gestão militar fica em uma média de 300,00 (trezentos reais) ao mês, valor que é totalmente inviável para qualquer família que tenha renda de um salário mínimo, justamente a menor fração de dinheiro que se deve ganhar com a mão-de-obra para sobreviver (ENTREVISTA COM GESTOR MILITAR ..., 2015).

A cobrança de mensalidade em Colégios militares de todo Brasil, representa uma contradição em dois sentidos: A) são unidades de ensino que são mantidas com dinheiro egresso dos impostos cobrados da população, que geralmente são os mais pobres; B) fere a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Pois, a educação básica brasileira é de natureza obrigatória, pública, gratuita e de acesso a todos (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

Militarização do espaço escolar e a pedagogia dos coturnos

Na transição do século XX para o século XXI no Brasil, discursos proto-fascistas germinaram indiscriminadamente, tendo seu ponto alto nas eleições presidenciais de 2018. Salientamos, que práticas e discursos fascistas de cunho nacionalista não são novidades em território brasileiro, basta lembrar do movimento Integralista, os camisas verdes liderados pelo intelectual Plínio Salgado na década de 1930, que em nome da pátria, da ordem e da família tentaram golpear o governo de Getúlio Vargas. Lembramos ainda, que em um dado momento da história nacional parte do governo de Vargas era simpatizante do pensamento Fascismo.

Provavelmente em função dos governos de frente popular eleitos no país em princípio do século XXI, somado as políticas afirmativas e inclusivas desenvolvidas por aqueles mesmos governos, discursos proto-fascistas reverberavam em diversos pontos do tecido social brasileiro, mesmo entre os mais pobres incrivelmente (SINGER, 2012).

A educação democrática, participativa, inclusiva e voltada para diversidade foi profundamente atacada por forças conservadoras ao fim desta década, muitas vezes a escola pública brasileira foi caracterizada pelo discurso proto-fascista, como: desorganizada, incompetente e doutrinadora a serviço dos marxistas, criminalizando sobretudo os professores das ciências humanas e sociais.

Em um dado momento as forças conservadoras de postura proto-fascista no Brasil, tomaram para si a possibilidade de mudar o rumo da orientação educacional do país, propondo ao Congresso Nacional um projeto de lei que estabelecesse um tipo de escola livre dos debates políticos, um ambiente de pura neutralidade. Algo impossível! Haja vista que não há neutralidade possível no campo educacional, pois a escola deve ser um espaço social da diversidade de opiniões e orientações políticas. No entanto, o projeto de lei da *escola sem partido* não foi aprovado no âmbito federal, apesar de alguns parlamentos estaduais como o de Alagoas ter viabilizado a aprovação de uma versão local do projeto (SANTOS; PEREIRA, 2018).

É importante compreender que a palavra fascismo não é um termo pejorativo, mas uma categoria analítica precisa, pois qualquer indivíduo, ou mesmo grupo social que cultua a violência em suas mais variadas dimensões, que deseja a transferência de poderes para si como proposta de resolver todos os problemas, que busca construir um consenso social entorno da sua própria legitimidade, e que vive a permanente neurose da insegurança, são estes os portadores de uma mentalidade e conduta fascista.

Sendo assim, devemos considerar que as frentes conservadoras neste começo do século XXI no Brasil atuam em diversas frentes. Outra maneira de interferir na educação de crianças e adolescentes é o processo de militarização das escolas públicas, o fenômeno sócio educativo é constatado em nosso território nacional desde o ano de 2001, a experiência do Estado de Goiás e do Distrito Federal (GUIMARÃES, 2017).

Com isso é necessário destacar, que militarizar o espaço escolar é sobretudo alternar de forma brutal o cotidiano dos alunos, trazendo para o seio da escola uma gestão e uma forma padrão de comportamento, com base na disciplina militar, autoritarismo e intolerância. O que muito possivelmente compete em uma suplantação das relações democráticas.

No entanto, o que justificou o longo processo de quase 20 anos de militarização do espaço escolar no território brasileiro? Os defensores deste fenômeno sócio educativo, políticos, militares, políticos-militares e outros representantes da sociedade civil, justificam a intervenção na gestão escolar e em seu cotidiano com os seguintes argumentos: violência reinante no interior e no entorno da escola; presença de narcotraficantes que operam dentro e fora do espaço escolar; falta de infraestrutura nas unidades de ensino; baixo rendimento dos estudantes no ENEM, tal como o baixo desenvolvimento das escolas confirmado pelo IDEB, por último a ausência do Estado (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2018).

As justificativas são fortalecidas com o apoio incondicional de alguns setores da mídia conservadora. Na perspectiva função-relação do sociólogo alemão Norbert Elias, a mídia tem um papel primordial no processo de espetacularização da violência no espaço escolar, colocando a opinião pública contra o Estado, e ao mesmo tempo buscando construir um tipo de consenso entorno da militarização do cotidiano escolar (ELIAS, 1994).

A geografia da militarização permite identificar que este fenômeno sócio educativo está presente de norte a sul do território nacional. Dessa forma, a região Norte apresenta escolas militarizadas nos Estados do Amazonas, Roraima, Pará e Tocantins, a região Nordeste tem o fenômeno registrado no Ceará, Piauí, Sergipe e Bahia, a região Sudeste apenas Minas Gerais registra. Já a região Centro-Oeste a gestão militar em escolas públicas está presente em Goiás e Brasília, por fim, a região Sul a militarização concentra-se em Santa Catarina.

A geografia da intervenção no primeiro momento destaca as regiões Norte e Nordeste, como tendo a maior concentração de Estados marcados por escolas sob uma gestão militarista. Todavia, ao aproximar as lentes de observação, percebemos que o maior número de escolas militarizadas no Brasil encontra-se especificamente na Bahia com 13 unidades de ensino, em Minas Gerais com 22 estabelecimento de ensino e o número que salta aos olhos, Goiás com mais de 50 escolas (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2018)⁶.

No entanto, o que muda no ambiente escolar após um processo de intervenção militar? O quadro abaixo, expõe algumas das alternâncias de comportamento na qual crianças e adolescentes são submetidos, sem muito provavelmente serem consultados.

Quadro 2 - Mudanças no cotidiano escolar impostas pela militarização

Obrigatório vestir o uniforme militar completo de estudante.
Camisa fora da calça pode gerar advertência.
Corte de cabelo dos meninos segue o padrão militar.

⁶ Existem Estados da União como Goiás, onde a orientação pedagógica fica a cargo da Secretaria do Estado da Educação, mas isso não é um padrão comum, lembrando que em Goiás o comando da Polícia Militar está no topo da pirâmide administrativa escolar, sendo a base operacional composta pelos profissionais civis da educação (GUIMARÃES, 2017).

Meninas devem manter o cabelo preso.
 Esmalte escuro é proibido, assim como acessórios chamativos.
 Não podem mascar chiclete.
 Não podem se comunicar com gírias.
 Na escola o cumprimento entre colegas e superiores é a continência.
 Existe perfilação em formação militar, seguindo da revista de um coordenador de disciplina.
 Uma vez por semana há uma formação geral para cantar o Hino Nacional e o Hino da Bandeira, havendo o hasteamento da bandeira conforme o protocolo militar.

Fonte: www.diplomatique.org.br Acesso: 26 de abr. de 2019.

É perceptível que no cotidiano escolar a dimensão da realidade que está diretamente conectado as estruturas e ao social global. Com isso, a vida vivida por muitas crianças e adolescentes em um dado momento do dia é brutalmente modificado (HELLER, 1992). Por conseguinte, a disciplina comportamental é foco, o aprendizado é substituído pela repressão e por normas rígidas de conduta.

Destacamos quatro aspectos presentes no quadro acima que brutaliza em alto nível o cotidiano escolar. Primeiro, o uniforme militar completo de estudante é o passo inicial para homogeneizar a diversidade na forma de vestir dos estudantes. Normalmente a forma mais comum de padronizar a forma dos discentes se vestirem - calça jeans azul (sem rasgos, pichações, ou qualquer marca que personalize), camisa branca por dentro da calça e tênis preto.

Segundo o direito à livre expressão está enterrado, as gírias comuns à muitas gerações de adolescentes são abolidas do espaço escolar. Terceiro, os cabelos que dizem muito da individualidade pessoal como um ser singular e excepcional, ou mesmo de um grupo, são obrigatoriamente modificados, cordados por igual e amarrados da mesma forma. Por último, o possível fim da afetividade, os abraços e carinhos tão comuns pelos corredores da vida escolar, são substituídos pelas frias continências entre amigos e superiores.

A não adaptação a uma vida cotidiana escolar militarizada, aponta para a indisciplina, a menor falta o discente deve ser punido. Os coordenadores de disciplina comportamental são geralmente oficiais, em algumas escolas da região Centro-Oeste as faltas disciplinares são classificadas como leves, médias e graves. Pois, a matriz de pensamento é, a falta de um aluno desonra a imagem de todos (CASTRO, 2016). São quase 100 faltas passíveis de punição, que muito possivelmente desconsidera as orientações da Educação em Direitos Humanos (GUTIERREZ, URQUIZA, 2013; FLORES, FERREIRA, MELO, 2014).

Agora a pergunta que não cala! Quais são os resultados padrões apresentados pelo processo de militarização do espaço escolar nas várias regiões do Brasil? Vejamos: A) pacificação do ambiente escolar, por meio da repressão e alternância de comportamento forçado, pois os corpos são disciplinados pela égide do Estado; B) melhoramento dos índices de rendimento dos estudantes, salientado que muitos dos discentes matriculados em escolas militarizadas são filhos de militares, egressos de outras instituições de ensino, sendo portadores de um patrimônio de conhecimento diferenciado; C) fortalecimento da opinião pública, posicionando-se a favor da militarização das unidades de ensino (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2018).

Entre os muitos entes federativos que estão militarizando suas escolas públicas, podemos destacar a experiência do Estado de Goiás, que também está somada a experiência do

Distrito Federal. Como dito anteriormente, hoje são mais de 50 escolas em Goiás que passaram pelo processo intervenção militar, tendo hoje sua gestão sob o comando da Polícia Militar.

A militarização de unidade de ensino da Rede Pública Estadual de Goiás, é um processo como dito anteriormente, iniciado em 2001 sob o reconhecimento da Assembleia Legislativa, tendo por base a Lei 14.050/2001. Tal política de Estado consistiu em uma coalisão entre as Secretárias de Estado da Educação e da Segurança. Salientamos ainda, que a maior parte das escolas estão localizadas em regiões com um alto nível de vulnerabilidade.

No contexto da coalisão entre as secretárias de Estado em Goiás, a Secretaria de Educação disponibiliza os prédios onde funcionam as escolas, além do corpo de professores. A Secretaria de Segurança em contrapartida, disponibiliza toda equipe gestora, que tem no topo da hierarquia o Comando Geral da Polícia Militar, sumindo com a gestão democrática nas unidades de ensino. O que significa que os diretores de escolas escolhidos pela comunidade, por meio do voto são afastados das funções (GUIMARÃES; LAMOS, 2018).

Tal como nos Colégios Militares que existem em rede no Brasil, 50% das vagas das escolas goianas militarizadas são reservadas para filhos e dependentes de policiais militares. A outra metade das vagas são destinadas à comunidade, crianças e adolescentes apostam na própria sorte para conseguirem a chance de estudar nas escolas geridas pela Polícia Militar, pois o critério de escolha é um sorteio público e aberto. Em um outro momento, os alunos eram selecionados a partir de um exame intelectual (GUIMARÃES, 2017).

Todavia, o aspecto mais absurdo identificado na experiência de militarização das escolas goianas, é a cobrança de colaborações para os pais e responsáveis dos estudantes. A situação está oficializada no regimento interno do Colégio da Polícia Militar.

Art. 147. São contribuições voluntárias doadas pelos pais ou responsáveis pelos alunos: §1º Contribuições esporádicas, mediante solicitação e destinação previa, como material de uso geral ou pedagógico destinada a prover a seção de Recursos Didáticos e Serviços Gerais. § 2º Contribuição voluntária feita por cada pai ou responsável pelos alunos, durante o ano letivo, destina a prover as despesas gerais do CPMG [Colégio da Polícia Militar de Goiás] para a melhoria do ensino. (Apud GUIMARÃES, 2017, p. 13).

O artigo revela uma profunda contradição, pois segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Educação é direitos de toda pessoa humana, para a legislação brasileira (Lei de Diretrizes e Bases (1996), a educação é um é direito fundamental de todo cidadão. Direito que todo brasileiro já nasce portador, não caracterizando concessão do Estado, a educação é pública, *gratuita*, obrigatória e de acesso a todos. Isso já foi apontado anteriormente! Alguns meios de comunicação denunciam que existe em Goiás cobrança de mensalidades, matrícula e mesmo fardamento em escolas militarizadas (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2018).

Diante da onda de intervenção militar nas escolas estaduais em Goiás, sobretudo do desrespeito à legislação quanto a gratuidade do ensino público, vozes dissonantes surgiram em defesa dos mais carentes, não devemos esquecer é a maioria da população goiana não aceita a gestão da Polícia Militar nas escolas, podemos destacar: o Fórum Estadual de Educação; o Sindicato dos Trabalhadores em Educação; o Departamento de Educação da Universidade Federal de Goiás e as várias entidades estudantis.

Em terras goianas os estudantes reagiram, foram as ruas, realizaram manifestações e ocupações sucessivas escolas, resistindo a distorção do ensino civil, laico, democrático e inclusivo (GUIMARÃES, 2017). Assim, por mais que mídia conservadora busque construir um

consenso no social entorno da militarização do espaço escolar, o consenso não é real e o debate está sobre a mesa.

Rio Grande do Norte: o debate em curso no ano de 2019

O discurso conservado em defesa da militarização do cotidiano escolar no Rio Grande do Norte, ganhou força a partir da inclinação de alguns representantes do poder legislativo estadual e federal, à proposta governamental de criar Escolas Cívico-Militares. A mídia televisiva local semelhantemente a outras mídias do país, também buscou construir o consenso positivo entorno da possibilidade de militares participarem da vida escolar da Rede Pública de Ensino.

Somando-se as vozes na defesa da militarização do espaço escolar em Natal, veio à luz a publicação do Ministério da Educação (MEC), que aos 4 de abril de 2019 colocou em tela a seguinte declaração:

Mudar a nação por meio da educação é a missão e a responsabilidade da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Secim). O órgão do Ministério da Educação, criado com o Decreto Federal 9.665, de 2 de janeiro de 2019, tem como objetivo democratizar o ensino de qualidade oferecido pelas escolas militares do Brasil. Segundo a subsecretária da Secim, Márcia Amarílio, o novo modelo será instalado sob demanda e pretende resgatar a disciplina e a organização, principalmente nas escolas públicas de maior vulnerabilidade social. (BRASIL, MEC, 2019, p. s/n).

Percebemos que a publicação supramencionada, parte de uma premissa verdadeira para chegar a uma conclusão absurda. Ao afirmar que a nação pode ser transformada por meio da educação, Marcia Amarílio está absolutamente correta, haja vista que a educação é o meio pelo qual se transforma o corpo social. Por outro lado, é muita pretensão de um projeto político querer que um único setor do MEC de criação recente (SECIM), venha a ter a missão e responsabilidade de mudar a nação.

O “novo modelo” deveria garantir o direito social ao aprendizado, o acesso inclusivo, o respeito as diversidades, a permanência e o sucesso escolar, não apenas ambicionando o resgate da disciplina comportamental e a organização por imposição de regras que não são democraticamente debatidas.

Em publicação ainda aos 4 de abril de 2019, o MEC expõe de forma implícita que não há compromisso com o processo de ensino e aprendizado de crianças e adolescente. Nas palavras da responsável da Secim, tal situação fica categoricamente expressa:

Com o modelo cívico-militar, a escola muda o uniforme e sua infraestrutura, ou seja, as instalações físicas para atender ao programa, e também a gestão administrativa, que passa a ser feita pelos militares”, explica Márcia. “A gestão da organização didático-pedagógica continua sendo desempenhada pelos professores civis. (BRASIL, MEC, 2019, p. s/n).

Para Márcia Amarílio (tenente-coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal), a unidade de ensino sob a égide do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, terá uma cara nova, pois muda de uniforme. Ou seja, a pluralidade, a diversidade será suplantada, tudo em nome de um processo de homogeneização da forma de vestir os estudantes, criando uma paisagem humana em que todos são visualmente iguais. Constata-se que o modelo implantado há quase 20 anos em Goiás, como um projeto local, toma força na condição de um projeto de nação, tendo como base as ideologias conservadoras do governo federal em curso.

As perguntas que ficarão sem respostas são: como militares administrarão unidades de ensino por todo o Brasil, sem realizarem intervenções na organização do trabalho pedagógico? Qual será o caminho trilhado para reelaboração do PPP (projeto político pedagógico) das escolas que mudarão de identidade? A identidade cívica não é local, mas um sentimento de pertencimento nacional.

Observar os discentes em suas especificidades é algo necessário, já vista que as identidades dos estudantes se apresentam como diversas, multifacetadas, provisórias e sobretudo transitórias e contraditórias. Tudo isso está relacionado ao que eles acreditam ser, sentir, perceber, como eles se relacionam com outros sujeitos sociais, e o que esperam do amanhã (ELIAS, 1994; BAUMAN, 2005; HALL, 2005). Por outro lado, como será internalizar de forma pronta e acabada uma identidade militar em crianças e adolescentes diversos? Talvez o processo em tela gere nos alunos um sentimento transgressor, quando não corpos dóceis, indivíduos economicamente produtivos e politicamente alienados (FOUCAULT, 2010).

Segundo Márcia Amarílio, o tipo de escola proposto pelo governo federal para 2020, será implementado da seguinte forma,

[...] o modelo depende de demandas das secretarias de Educação do país. Elas é que devem procurar o MEC e apontar quais escolas poderiam receber o projeto da Secim. “É importante dizer que esse modelo será adotado por meio de adesão. Quem vai aderir é a comunidade escolar, o ente federado e a secretaria de Educação. (BRASIL, MEC, 2019, p. s/n).

A decisão de ter uma escola Cívico-Militar, seja na Rede Pública Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte, ou mesmo em qualquer município da unidade federativa, não se constitui como imposição do governo federal, o princípio é democrático. Porém, os governantes locais são livres para escolher democraticamente, um modelo educativo de cunho autoritário.

Como dito, a publicação do MEC promoveu oficialmente a potência dos discursos conservadores no Rio Grande do Norte, esperançosos em intervirem no processo educativo das crianças e adolescente potiguaras por meio da *pedagogia dos coturnos*. No entanto, vozes dissonantes levantaram-se na sociedade natalense contra toda e qualquer forma de intervenção autoritária no ambiente escolar. Os debates foram fomentados, construídos e se desdobraram ao longo do ano de 2019, contado com a presença de militares, políticos, educadores, estudantes e outros atores da sociedade civil organizada.

Aos 15 de março de 2019, exatamente 19 dias antes da publicação do MEC anteriormente discutida, o Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), promoveu Mesa-redonda para discutir e debater a militarização da escola pública. A atividade foi coordenada pelo Professor da UFRN, o Doutor e Sociólogo Alípio de Souza Filho, tendo a presença na bancada: o Professor Doutor Walter Pinheiro Barbosa Júnior (UFRN), o Professor Doutor Dante Henrique Moura (IFRN) e o Senador da República capitão Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)⁷.

O enfrentamento de ideias e pensamentos ocorreu no auditório da Biblioteca Central Zila Mamede da UFRN, o público alvo foi especificamente professores e alunos. As posições estavam definidas e delimitadas, os professores Walter Júnior e Dante Moura firmaram seus

⁷ A atividade descrita está registrada em <https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/departamento/extensao.jsf>. Acesso em 10 de out. de 2019.

argumentos na legislação brasileira defendendo a escola pública, onde os princípios devem ser fundados no respeito a diversidade, a democracia e a inclusão⁸.

O Senador Styvenson Valentim estava profundamente inclinado e convicto de que somente a presença militar na escola possibilitará uma transformação possível no corpo social. Assim, resgatará a ordem no ambiente escolar, transformando as unidades de ensino em espaços seguros de aprendizagem, recuperando a dignidade dos estudantes e das famílias. O Senador compreende que o sistema de ensino público e civil é inoperante, apresentando sinais incontestáveis de falência⁹.

O professor Dante Moura buscando desmontar a linha de raciocínio do senador, apresentou os excelentes resultados atingidos pelos dos Institutos Federais de Ensino, que no Estado do Rio Grande do Norte atendem 28 mil estudantes em 22 campi, frisando a importância das escolas profissionalizantes da Rede Estadual de Ensino.

Com isso, os debates foram se multiplicando na Cidade de Natal. Desta maneira, aos 7 de maio de 2019 o Conselho Estadual de Promoção de Paz nas Escolas (CONEPPE), criado pela Lei estadual 8.814/2006 e sediado na Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC-RN) sob a presidência do Prof. Ms. João Maria Mendonça de Moura, em Assembleia Ordinária promoveu mais um debate sobre o tema da militarização do espaço escolar.

A atividade ocorreu na sala do gabinete da secretaria supracitada, os convidados eram: membros do gabinete, técnicos pedagógicos, membros do conselho, assessores parlamentares, entre outros. A disputa de pensamentos ocorreu entre os convidados e o expositor, o professor Walter Pinheiro Barbosa Júnior, o mesmo envolvido no debate corrido na UFRN. Em ata foi registrado um resumo das posições do educador convidado:

[...] Walter Pinheiro [...] trouxe algumas reflexões sobre o processo de Militarização das Escolas, tratando do contexto histórico, da necessidade da escola ser um espaço para todos, sendo respeitada a individualidade do sujeito, que a disciplina não é o problema e sim como ela constrói e que seja um espaço de produção da cultura democrática, encerrando sua fala ressaltou que as escolas são vinculadas a Secretaria e que esta tem autonomia para intervir no que achar necessário. (ATA DE MAIO DO CONEPPE, 2019, p. 2).

Ainda no mês de maio, ocorreu na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte uma Audiência Pública, objetivando discutir e apresentar a sociedade o projeto das Escolas Cívico-Militares, o proponente foi o Deputado Estadual coronel André Azevedo (PSC-RN). A ação mobilizou diferentes atores sociais e políticos da Cidade do Natal, estavam presentes a sociedade civis, militares e representantes da SEEC-RN, a saber: técnicos pedagógicos, coordenadores de setores, assessores de gabinete e a secretária adjunta, representando o excelentíssimo senhor secretário, o professor Getúlio Marques Ferreira.

Durante a Audiência Pública as opiniões estavam divididas, o proponente apresentou-se como defensor convicto do modelo Cívico-Militar para educação. As recorrentes as falas dos oficiais militares convidados, buscavam construir o consenso entorno da educação

⁸ Para melhor conhecer os argumentos e posicionamentos do professor Walter Júnior sobre o processo de militarização das escolas públicas, sugerimos ao leitor que assista a entrevista concedida por ele ao programa CAFÉ FILOSÓFICO DA UFRN, veiculado pelo canal da TVU. Cf. https://www.youtube.com/watch?v=C_eZCiz11KY Acesso em 15 de ago. de 2019.

⁹ Sugerimos ainda ao leitor, que assista a entrevista com o Senador Styvenson Valenti na TV SENADO, nesta fala o parlamentar potiguar expõe argumentos muito semelhantes aos postos à mesa no debate realizado na UFRN. Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=LYgf28d4bLQ> Acesso em 20 de out. de 2019.

militarizada, destacando somente os aspectos positivos e as experiências exitosas dos seus Estados de origem. Por que não pontuaram os problemas, as dificuldades e frustrações do processo?

Mencionamos que os escoteiros, bombeiros e guardas mirins, ocupavam as cadeiras do auditório da Assembleia Legislativa, ouvindo as sucessivas defesas do processo de militarização das escolas públicas. Salientamos que escoteiros e outros adolescentes não tiveram voz, nem protagonismo durante a Audiência Pública.

Adicionalmente pastores evangélicos, locutores de emissoras do rádio também saíam em defesa dos militares como futuros gestores das escolas públicas do Estado Rio Grande do Norte. Todavia, falas dissonantes foi proferida pela Senhora Secretária Adjunta de Educação, a professora Doutora Márcia Maria Gurgel Ribeiro, que por último falou entre as autoridades presentes.

Contudo, a Secretária Adjunta conferiu fala respeitosa ao parlamentar proponente, aos militares presentes, fez elogios ao excelente serviço prestado pela PM-RN, mas esclareceu que o lugar dos policiais é na rua em defesa do cidadão. Expressou que a posição da SEEC-RN era a posição da LDB, que garante uma escola pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e que respeita a diversidade e a dignidade humana. Ressaltou ainda, que a SEEC-RN estava à disposição para debater toda e qualquer proposta educativa para Estado, estando as propostas sujeitas a análise, discussão, aprovação ou não aprovação (TV ASSEMBLÉIA-RN, 2019).

Na esteira das discussões sobre a possibilidade da intervenção militar nos espaços escolares, o presidente do CONEPPE no uso de suas atribuições, chamou e promoveu nova Assembleia Ordinária, aos 4 de junho de 2019, objetivando ampliar o debate em curso. O convidado para conduzir a exposição foi o oficial da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, o major João Batista da Silva, Doutor em Educação pela UFRN e chefe da Diretoria de Ensino da corporação.

O militar apresentou posição contrária ao processo de militarização das escolas públicas, tal como toda e qualquer forma de intervenção militar em espaços de ensino civil. No entanto, defendeu a criação de um Colégio militar no Rio Grande do Norte sob a gestão da PM-RN, para isso ele apresentou o projeto que possibilitaria o surgimento da unidade de ensino. Defendeu ainda, a legitimidade da proposta de ensino a luz do Art. 83 da LDB, “o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996).

O major João Batista enfatizou, que o Colégio militar do Estado do Rio Grande do Norte seguiria um padrão nacional, esclarecendo que não havia nenhuma motivação e interesse por parte da corporação em assumir gestões escolares. Ilustrou que um dos muitos problemas da PM-RN é o efetivo reduzido, por outro lado, reconheceu que o Estado não apresenta condições materiais para promover a existência de tal Colégio. O público presente questionou sobre os aspectos de inclusão nas unidades de ensino militar, as respostas foram todas construídas com base no regulamento disciplinar da corporação (ATA DE JUNHO DO CONEPPE, 2019).

O tema da militarização do cotidiano dos espaços escolares estava literalmente posto à mesa, a partir da segunda Assembleia do CONEPPE no mês de junho, assim foi registrado pela secretária do conselho,

Foi informado nesta Assembleia que haverá uma Audiência Pública [na Assembleia Legislativa do Estado] sobre a “A Escola sem Mordaza” proposta pelo Deputado Estadual Francisco de Assis Medeiros [Francisco do PT] no dia 26/08/2019 às 14h. Eu, Passine Freire de Medeiros, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada receberá a assinatura dos presentes. (ATA DE JUNHO DO CONEPPE, 2019, p. 2).

O Deputado supracitado, representava uma das vozes contrárias a possibilidade de uma gestão escolar concedida à militares. A partir disso, tendo por finalidade reafirma a Constituição Federal de 1988, e fortalecer as liberdades fundamentais de professores e alunos é que aos 6 de agosto de 2019 foi publicado a Lei nº 10.659/2019 que ficou conhecida como “Lei da Escola Democrática”¹⁰.

Apesar da relevância e importância da lei aprovada para consolidação de um espaço escolar sem censura e livres de preconceitos, não houve por parte das entidades responsáveis uma mobilização popular entorno do texto legislativo. Acreditamos que uma lei que não é de conhecimento do público, talvez seja um dispositivo legal com pouco efeito simbólico.

Sendo assim, aos 6 de setembro os debates tiveram o ponto alto, o governo federal por meio do MEC lançou o programa para a implantação das Escolas Cívico-Militares. O prazo para que as Secretarias de Educação (estaduais e municipais) analisassem o programa, realizassem o debate com as comunidades escolares foi extremamente curto, a data limite para adesão, ou melhor para indicação de duas escolas para receberem o programa e “seus benefícios” era dia 27 do mesmo mês.

O Programa que implantará as Escolas Cívico-militares pelo território brasileiro, planeja atender a 54 unidades de ensino em todo o país, sendo duas unidades por Estado, a qual será destinado 1 milhão de reais para cada escola¹¹. O Rio Grande do Norte engrossou a fileira dos governos estaduais que não aderiram ao programa do MEC, firmando posição a SEEC-RN lançou nota de esclarecimento,

O Governo do Rio Grande do Norte, reafirmando os princípios constitucionais como diretrizes que asseguram um ambiente educativo plural, optou por não aderir ao Programa Nacional para as Escolas Cívico-Militares, proposto pelo Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da defesa. Essa decisão tem como base a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecido no Art. 3 que o ensino deve ser ministrado observando a liberdade de aprender, o apreço à tolerância, ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, bem como à gestão democrática, entre outros princípios. Baseia-se, ainda, nas determinações do Plano Estadual de Educação, Lei n. 10.049, de 27 de janeiro de 2016, que cria a Comissão de Monitoramento do PEERN, como instância de elaboração das políticas educacionais, em articulação com o Fórum Estadual de Educação, assegurando o amplo diálogo com educadores, estudantes, familiares e sociedade civil. Neste sentido, o pedido do MEC para adesão ao Programa não precedeu de tempo hábil, para que essa discussão fosse feita junto às escolas e às representações constituídas, tornando a possível decisão unilateral pelo Órgão Central inviável para a Rede Estadual.

¹⁰ Registro da publicação. Cf. <http://www.al.rn.gov.br/portal/noticias/14264/proposta-pela-assembleia-lei-da-escola-democratica-sancionada> Acesso 5 de out. de 2019.

¹¹ Tal repasse financeiro será para reforma dos prédios, material de expediente e contratação de militares da reserva para atuarem como gestores escolares. Maiores informações sobre o detalhamento do Programa Nacional. Cf. <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=79931> Acesso em 17 de set. de 2019.

O posicionamento de não adesão é acompanhado por diferentes Estados: Alagoas, Maranhão, São Paulo, Pernambuco, Espírito Santo, Bahia, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro e Sergipe. Ademais, o Ministério da Educação, equivocadamente, informa sobre a liberação de R\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais) para o PECIM, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) por Estado, ao tempo em que nega os recursos necessários para a continuidade do fomento à ampliação das Escolas de tempo Integral, projeto exitoso que apresenta evidências de melhoria da aprendizagem em todo país, sintonizado com o Plano Nacional de Educação. A Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do RN sempre estará aberta para discutir e integrar programas que beneficiem seus estudantes, condizentes com o que preconizam a lei de Diretrizes e base da Educação e o Plano Estadual de Educação do RN. (SEEC-RN, 2019)¹².

O Órgão Central de Educação do Rio Grande do Norte, fundamentou sua decisão em dois pilares: defesa do que reza as letras da LDB; a falta de tempo para o exame e debate. Realçamos, que a nota publicada pela SEEC-RN se apresentou como um veículo de denúncia quanto aos cortes de verbas para financiar as Escolas de Tempo Integral.

É importante lembrar que o Estado Ceará ao lado do Rio Grande do Norte, também administrado pelo Partido dos Trabalhadores, fez a adesão ao Programa do governo federal sob dupla alegação: a) o Ceará há anos que têm escolas gestadas por militares, não sendo isso um problema, ou novidade; b) as discussões de pensamentos e ideologias não poderiam ser suficientes para barrar o desenvolvimento da educação¹³.

Com isso, a decisão SEEC-RN de não aderir ao programa nacional do governo federal, deflagrou diferentes opiniões de parlamentares potiguaras. Na data de 2 de outubro de 2019 os deputados estaduais do Rio Grande do Norte em Assembleia se manifestaram, o parlamentar Getúlio Rego (DEM-RN), foi categórico ao afirmar:

O Rio Grande do Norte não se qualificou para receber esse benefício. Uma decisão lamentada. É indescritível uma situação como essa, principalmente, vindo de um governo administrado por uma professora. O que o Governo do Estado fez, foi retirar dos estudantes o direito de uma educação de excelência e de muita qualidade. (GRANDE PONTO, 2019, p. s/n)¹⁴.

Na data supramencionada, o deputado estadual José Dias (PSDB-RN) também apresentou fala que somava aos argumentos de Getúlio Rego,

Quando perguntam por que o Ceará está em uma situação fiscal melhor que a nossa, a resposta é por essas e outras coisas. Lá no Ceará eles aceitam medidas que trazem real benefício para o Estado. Aqui a governadora não quer uma escola militar por não ser ideia do partido dela. A educação que eles entendem é a educação ideológica. (GRANDE PONTO, 2019, p. s/n)¹⁵.

Somos inclinados a conjecturar que a educação ideológica citada pelo parlamentar José Dias, é o que muitos acreditam ser uma educação de base marxista, quando se trata da educação democrática, plural e inclusiva. Voltamos a afirmar que todo processo educativo é politicamente orientado, e sobretudo politicamente orientador. O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares negado pelo Estado do Rio Grande do Norte tem cunho ideológico, buscando

¹² Cf. <http://www.educacao.rn.gov.br/> Acesso em 15 de out. de 2019.

¹³ Cf. <https://www.grandeponto.com.br/> Acesso em 20 de out. de 2019.

¹⁴ Cf. <https://www.grandeponto.com.br/> Acesso em 20 de out. de 2019.

¹⁵ Cf. <https://www.grandeponto.com.br/> Acesso em 20 de out. de 2019.

moldar as mentes dos adolescentes no caminho do conservadorismo político e estabelecer o controle sobre seus corpos.

Na mesma linha dos outros parlamentares mencionados, o coronel André Azevedo (PSC-RN) manteve-se firme em defesa das Escolas Cívico-Militares: “[...] onde existe o modelo militar reduziu-se a repetência e aumentou-se a nota do IDEB. Como um modelo desses não pode ser sucesso no Rio Grande do Norte?” (GRANDE PONTO, 2019, p. s/n).

A deputada Isolda Dantas (PT-RN), pertencente a base da Governadora Fátima Bezerra (PT-RN), afirmou que o Programa Nacional de implementação das Escolas Cívico-Militares, fere os princípios balizares da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, reafirmando a posição da SEEC-RN,

O projeto não teve tempo hábil para ser tratado com quem entende de educação. Foi imposto pelo governo federal, sem considerar a proposta, a base educacional e foi por isso que o RN não aderiu a esse programa. A educação tem que ter liberdade de expressão e esse modelo fere esse princípio. (GRANDE PONTO, 2019, p. s/n)¹⁶.

Aos 10 de outubro de 2019, em pronunciamento na Assembleia Legislativa o Deputado Sandro Pimentel (PSOL-RN) também fez uma fala contrária ao modelo das Escolas Cívico-Militares, saindo em defesa de uma escola democrática e livre de censura: “o que a propaganda do governo Bolsonaro esconde é que existem hoje no país outros modelos de gestão não militarizados que alcançam taxas de excelência melhores até do que as escolas tradicionais”. O parlamentar afirma que o medo é o principal fator para garantir a disciplina nas unidades de ensino militarizadas, desrespeitando a dignidade humana (GRANDE PONTO, 2019, p. s/n)¹⁷.

Fazendo remissão a esfera do legislativo federal, o Deputado Fábio Faria (PSD-RN), criticou a postura da governadora Fátima Bezerra em rejeitar os recursos para instalação das Escolas Cívico-Militares (GRANDE PONTO, 2019, p. s/n)¹⁸. De resto, como apresentamos ao logo deste estudo, as opiniões quanto ao processo de militarização das escolas públicas encontram-se divididas. Salientamos que o debate ganhou força com a divulgação publicitária do Programa Nacional de implementação das Escolas Cívico-Militar, que ao nosso vê representa uma deformação do ensino civil e democrático.

Infelizmente no Rio Grande do Norte o debate sobre a militarização dos espaços escolares não aterrissou oficialmente no chão das escolas, apesar do SINTE-RN (vinculado à CUT) apresentar uma postura contrária ao processo de militarização não tomou para si a responsabilidade de debater e mobilizar nas ruas os profissionais da Educação¹⁹. Assim, aos 7 de novembro de 2019 a Regional do SINTE-RN na cidade de Ceará-Mirim (orientada pela CSP-CONLUTAS), em seminário fizeram da temática da militarização o centro da roda-viva.

Considerações finais

Acreditamos que o Brasil é um Estado-nação marcado por uma profunda tradição militar que remonta ao período colonial (1530-1822), quando todo homem era um homem de guerra, sobretudo os postos militares eram todos egressos soberano. Assim, receber uma patente militar das mãos do rei, era ser receptor de uma mercê, o que fazia o indivíduo muito mais importante socialmente.

Tal tradição militar perpassou todo o século XIX e respectivamente fez parte da própria existência social do Império brasileiro (1822-1889), já que o primeiro Colégio militar para

¹⁶ Cf. <https://www.grandeponto.com.br/> Acesso em 20 de out. de 2019.

¹⁷ Cf. <https://www.grandeponto.com.br/> Acesso em 20 de out. de 2019.

¹⁸ Cf. <https://www.grandeponto.com.br/> Acesso em 20 de out. de 2019.

¹⁹ Cf. <http://sintern.org.br/> Acesso em 20 de out. de 2019.

o ensino básico foi criado no Rio de Janeiro às vésperas da proclamação da República. Foram os próprios militares que inauguraram a República no Brasil, fortalecendo, expandindo e tornando legítimo o modelo de ensino militar em território nacional, o que ao longo do século XX possibilitou a criação de uma rede de Colégios militares.

Por fim, o processo de militarização das escolas públicas estaduais de vários estados brasileiros, destaque especial para experiência de Goiás representa um retorno a forma tradicional de ensino, talvez seja a outra face da escola sem partido. Tal proposta de gestão escolar, implica sobretudo na tentativa do domínio de corpos de jovens e adolescentes, buscando com base na disciplina, hierarquia e comando, criarem indivíduos dóceis e não questionadores da realidade.

Ao cabo de tudo, o Rio Grande do Norte compõe o grupo de Estados que não aderiram ao programa autoritário de ensino do governo federal, o que não significa que haja um consenso entorno da negativa da proposta. Em suma, o processo de militarização do cotidiano escolar é inerente a violação dos direitos humanos, já que é antidemocrático, enterra o direito à livre expressão, sufoca os sentimentos de afetividade e neutraliza a diversidade humana.

Referências

ATA DO CONEPPE DE MAIO DE 2019 – Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e lazer.

ATA DO CONEPPE DE JUNHO DE 2019 – Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e lazer.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 - www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

CASTRO, Nicholas Moreira Borges de. **“Pedagógico” e “Disciplinar”**: o militarismo como prática de governo na educação pública do Estado de Goiás. Brasília, 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948 – www.onu-brasil.org.br/documentos/direitoshumanos.php

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Entrevista com gestor militar do Colégio Militar de Brasília - www.eb.mil.br

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FLORES, Elio Chaves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; MELO, Vilma de Lurdes Barbosa (Orgs.). **Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos**. João Pessoa: EdUFPB, 2014.

GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira. Os novos modelos de gestão militarizadas das escolas estaduais de Goiás. In: **Simpósio Nacional de História XXIX - Contra os preconceitos: história e democracia**, Brasília, 2017 - www.snh2017.anpuh.org

GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira; LAMOS, Rodrigo de Azevedo Cruz. Militarização das escolas da Rede Estadual de Goiás: a nova ordem conservadora. **Revista pedagógica**, Chapéu, v. 20, n. 43, p. 66-88, jan./abr. 2018.

GUTIERREZ, José Paulo, URQUIZA, Antônio H. Aguilera (Org.). **Diretos Humanos e Cidadania**: desenvolvimento pela educação em Direitos Humanos. Campo Grande: EdUFMS, 2013.

GRANDE PONTO, portal de notícias - <https://www.grandeponto.com.br/>

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: PD&A, 2005.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Senado Federal, www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf (Acessado em 24 de abril de 2019).

Le Monde Diplomatique Brasil – www.diplomatique.org.br/a-militarizacao-das-escolas-publicas (Acessado em: 25 de maio de 2019).

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959). Recife: Massangana, 2010.

Ministério da Educação - <https://www.mec.gov.br/>

POSSAMAI, Paulo Cesar. (Org.). **Conquistar e defender**: Portugal, Países Baixos e Brasil – Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: HUCITEC, 2002.

RODRIGUES, Fernando da Silva. História do ensino militar: entre a teoria e a prática profissional no Exército Brasileiro. **Navigator** – subsídios para história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 86-98, 2016.

ROSA, Fabiana Teixeira da. Pesquisa educacionais em colégios militares do Brasil: estado da Arte. **Colóquio Ensino Médio VII, História e Cidadania** – Florianópolis (UFSC), 2012.

SANTOS, Catarina de Almeida, PEREIRA, Rodrigo da Silva. Militarização e escola sem partido: duas faces de um mesmo projeto. **Revista Retrato da Escola**, Brasília, n. 12, v. 23, p. 255-270, jul./out. 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TV ASSEMBLEIA DO RIO GRANDE DO NORTE - <http://www.al.rn.gov.br/portal/tv>

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 192-209.

Recebido em 29 set. 2020
Aprovado em 05 out. 2020